

Percepções dos proprietários das instituições de educação profissional sobre os desafios de empreender nesta área no âmbito do novo modelo baseado em competências em Moçambique

Perceptions of owners of professional education institutions on the challenges of entrepreneurship in this area within the scope of the new skills-based model in Mozambique

Recebido: 05/12/2024 | Revisado: 08/12/2024 | Aceitado: 09/12/2024 | Publicado: 11/12/2024

Paula Cristina Sixpence de Sousa

ORCID: <https://orcid.org/0009-0009-0547-468X>
Universidade Católica de Moçambique, Moçambique
E-mail: psousa@ucm.ac.mz

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as Percepções dos Proprietários das Instituições de Educação Profissional sobre os Desafios de Empreender nesta Área no Âmbito do Novo Modelo Baseado em Competências em Moçambique. O trabalho de campo foi realizado nas Cidades de Maputo e Matola, abrangido uma amostra de 11 empreendedores que investem na área de educação profissional, que são proprietários de institutos técnicos e de centros de formação profissional. Com os dados obtidos, apurou-se que com as mudanças que sofreu a educação profissional com a aprovação da Lei n.º 26/2022, de 29 de Dezembro passou a ser grande desafio empreender na área de educação profissional em Moçambique, visto que o licenciamento e o exercício desta actividade passaram também a ter muitas exigências. Os principais desafios apontados são referentes à falta de financiamento e alto investimento necessário para instalações, equipamentos, laboratórios ou oficinas que o novo modelo de educação profissional; os custos elevados para a legalização da actividade de educação profissional, visto que este processo passa por uma pré-avaliação das condições tais como formadores qualificados, qualidade das instalações, entre outros; e a concorrência, visto que actualmente existem muitas instituições de educação profissional acreditadas, principalmente nas zonas com maior concentração da rede de instituições de educação profissional, como as cidades.

Palavras-chave: Empreendedorismo; Desafios de empreender; Educação profissional; Ensino profissionalizante.

Abstract

This article aims to capture the Perceptions of Owners of Professional Education Institutions about the Challenges of Entrepreneurship in this Area within the Scope of the New Skills-Based Model in Mozambique. The fieldwork was conducted in Maputo and Matola, covering a sample of 11 entrepreneurs who invest in professional education and own technical institutes and professional training centers. With the data obtained, it was found that with the changes that professional education underwent with the approval of Law no. 26/2022, of December 29th, it became a great challenge to undertake professional education in Mozambique, since Licensing and the exercise of this activity also have many demands. The main challenges highlighted are related to the lack of financing and high investment required for facilities, equipment, laboratories, or workshops that the new model of professional education; the high costs for legalizing professional education activities, as this process involves a pre-evaluation of conditions such as qualified trainers, quality of facilities, among others; and competition, as there are currently many accredited professional education institutions, especially in areas with the highest concentration of the network of professional education institutions, such as cities.

Keywords: Entrepreneurship; Challenges of entrepreneurship; Professional education; Vocational education.

1. Introdução

O presente artigo intitula-se por (percepções dos proprietários das instituições de educação profissional sobre os desafios de empreender nesta área no âmbito do novo modelo baseado em competências em Moçambique).

Esta pesquisa parte do princípio de que até a última década, empreender na área de educação profissional era favorável visto que o licenciamento desta atividade não tinha muitas exigências, quando comparado com a atualidade. Por isso, o objetivo deste artigo é de refletir sobre os desafios de empreender na área de educação profissional em Moçambique no atual contexto.

Com as exigências acima referidas, não restam dúvidas de que empreender na área de educação profissional passou a ser um processo complexo. Em termos de estrutura, este artigo é constituído por três partes, onde a primeira apresenta os elementos introdutórios, a segunda apresenta a revisão da literatura e a terceira apresenta os resultados do trabalho de campo.

1.1 Contextualização

As últimas décadas foram marcadas pelo aparecimento de instituições de educação profissional privadas devido à facilidade que havia para se empreender neste mercado, associadas às poucas exigências por parte do governo para o licenciamento desta atividade em Moçambique. Esta situação, não só levantou o questionamento sobre o tipo de instalações em que alguns institutos funcionam, mas também sobre a qualidade dos mesmos na formação de técnicos para o mercado de trabalho.

Na qualidade de regulador do sector privado, em 2014, o governo começou a introduzir grandes reformas na educação, tendo sido aprovada Lei n.º. 23/2014, de 23 de Setembro, que criou a Autoridade Nacional de Educação Profissional e recentemente aprovou a Lei n.º. 26/2022, de 29 de Dezembro relativa ao Quadro de Sistema de Registo, Avaliação, Acreditação e Garantia da Qualidade de Educação Profissional, o que desafia as instituições de educação profissional a estarem mais preparadas sob ponto de vista de formadores qualificados e instalações adequadas e equipadas para aulas teóricas e práticas.

1.2 Problematização

Com as mudanças introduzidas por Lei n.º. 26/2022, de 29 de Dezembro, o exercício da atividade de educação profissional passou a ser muito exigente. De salientar que antes das reformas introduzidas por esta lei, o licenciamento e funcionamento das instituições de educação profissional não necessitava de acreditação dos cursos por parte do governo. Contudo, no atual figurino, o exercício desta atividade carece de acreditação pela entidade competente¹, que baseia-se na pré-avaliação de vários aspectos tais como: a qualidade das instalações onde vão decorrer as aulas, a qualidade dos materiais e dos equipamentos (apetrechamento das bibliotecas, existência de oficinas e de laboratórios para aulas práticas ou simulações), o que agrava custos para empreender nesta área. Diante deste problema levanta-se a seguinte pergunta de partida: *Quais são as percepções dos proprietários das instituições de educação profissional sobre os desafios de empreender nesta área no âmbito do novo modelo baseado em competências em Moçambique?*

1.3 Relevância e Limitações da Pesquisa

Refletir sobre os desafios de empreender na área de Educação Profissional em Moçambique é um tema muitíssimo atual, visto que recentemente ocorreram grandes mudanças no processo de licenciamento e funcionamento das instituições de educação profissional, no âmbito da Lei n.º. 26/2022, de 29 de Dezembro. Sob ponto de vista de empreendedorismo, é também de suma relevância abordar sobre este tema, visto que, a área da educação profissional é daquelas em que muitas pessoas empreenderam nos últimos anos, a avaliar pela existência de muitos institutos técnicos privados a nível do país.

¹ Autoridade Nacional de Educação Profissional (ANEP).

As limitações encontradas na realização desta pesquisa estiveram relacionadas com a busca de informação aos proprietários das instituições de educação profissional na qualidade de empreendedores, por alegarem falta de tempo para responder as questões do guião de entrevista, que era composto por questões abertas e fechadas, o que não permitiu o alcance da amostra inicialmente definida de 25, tendo se conseguido apenas 11.

Este artigo tem como objetivo apresentar as Percepções dos Proprietários das Instituições de Educação Profissional sobre os Desafios de Empreender nesta Área no Âmbito do Novo Modelo Baseado em Competências em Moçambique.

2. Revisão da Literatura

Neste ponto apresenta-se uma discussão e abordagens em torno de empreendedorismo, educação profissional e modelo baseado em competências, na óptica de vários autores.

2.1 Definição de Empreendedorismo

O empreendedorismo é uma área do saber cujas abordagens estão em desenvolvimento, daí que, ainda não há consenso na forma como diferentes autores o abordam. Não obstante, existe vasta literatura sobre empreendedorismo, o que permite trazer várias definições deste termo. Segundo Bandeira e Silva (2023), empreendedorismo consiste em criar, desenvolver e gerenciar um negócio, assumindo riscos financeiros e pessoais. Na óptica de Sebrae (2007), consiste em criar algo novo com valor, dedicando o tempo e o esforço necessários, assumindo os riscos financeiros, psíquicos e sociais correspondentes e recebendo as consequentes recompensas.

Para Cunha; Silva e Yamaguchi (2011), empreendedorismo consiste numa inovação que visa trazer descobertas positivas para o próprio empreendedor, assim como para os outros, através de geração de riquezas por meio de desenvolvimento de negócio. Conforme verifica-se acima, muitos os autores divergem, sendo um e outro que apresentam similaridade nas suas definições, como é o caso dos primeiros dois citados. Nesta pesquisa aborda-se o empreendedorismo como uma atividade na qual uma pessoa ou grupo de pessoas decidem investir, esperando retorno, mas também cientes dos riscos desse investimento.

De acordo com Sebrae (2007), apesar da prática do empreendedorismo ter aumentado nos últimos anos, ainda existem dificuldades para maior parte, devido a falta de capital inicial. Por isso, em alguns países, os governos optam por financiar certos projetos empreendedores que têm impacto na sociedade.

2.2 Conceito de Educação Profissional

A expressão educação profissional é nova no contexto moçambicano, sendo que durante muito designou-se por ensino técnico. Esta expressão foi introduzida por Lei n.º 23/2014, de 23 de Setembro². Na óptica de Ferreti (2010), educação profissional é aquela que visa desenvolver formação teórica, técnica e operacional que habilite o indivíduo ao exercício profissional de uma atividade produtiva. De acordo com o artigo 6 da Lei n.º 26/2022, de 29 de Dezembro³, a educação profissional pode ser conceptualizada como um instrumento que visa preparar profissionais qualificados necessários para o desenvolvimento económico e social do País. Em Moçambique, de acordo com lei supracitada, a educação profissional divide-se em quatro grupos de ensino, nomeadamente: ensino técnico profissional, formação profissional extra-institucional, formação profissional, e ensino superior profissional⁴.

² Lei revogada sobre Organização, Estruturação e Funcionamento da Educação Profissional em Moçambique.

³ Lei de Educação Profissional vigente.

⁴ N.º 2 do artigo 6.

2.3 Objetivos da educação profissional em Moçambique

Em todos países, a educação profissional é vista como resposta à necessidade de mão-de-obra dotada de habilidades para o saber fazer, sendo por isso indispensável para o desenvolvimento. A Lei n.º 26/2022, de 29 de Dezembro estabelece como objetivos da educação profissional em Moçambique, os seguintes:

- Desenvolver as capacidades da força de trabalho através de introdução de métodos, currículos e modalidades de formação que respondem às necessidades do mercado de trabalho; melhoria das competências profissionais dos trabalhadores, das suas perspectivas de trabalho e mobilidade laboral; aumento da produtividade e competitividade dos profissionais; promoção do auto-emprego.
- Melhorar as perspectivas de empregabilidade e de criação de auto-emprego dos formandos e graduados de Educação Profissional; e
- Aumentar os níveis de investimento na Educação Profissional e incrementar o retorno sobre esse investimento.

Conforme acima apresentado, é possível resumir que a educação profissional visa principalmente promover empregabilidade através de formação orientada para o trabalho, bem como promover o auto-emprego.

2.4 Modelo Baseado em Competências

Na visão de Santos (2010), é um modelo que prevê a integração e alinhamento de metodologias de ensino-aprendizagem, práticas educacionais, contextos de aprendizagem e métodos de avaliação, em uma nova perspectiva de orientação académica e formação profissional. Segundo o mesmo autor, este modelo pressupõe dentre vários aspectos:

- i. Objetivos educacionais estabelecidos com base nas competências requeridas nas situações concretas de trabalho;
- ii. Competências relacionadas com o processo de trabalho, enfocando não só suas dimensões técnicas, mas também sociopolíticas, culturais, económicas, histórico-geográficas etc.;
- iii. Desenho curricular modular;
- iv. Definição de tarefas relacionadas à solução de problemas etc.

Com base nos pressupostos acima apresentados, observa-se que o modelo de currículo baseado em competências é por si exigente e complexo, pois, para o alcance dos seus objetivos requer maior investimento, principalmente por parte das entidades que oferecem os serviços de ensino. Aliás, este modelo de ensino requer equipamentos, laboratórios ou oficinas para aulas práticas com vista o aperfeiçoamento da aprendizagem dos formandos, o que acarreta grandes custos.

3. Metodologia

Segundo Silva (2010); Almeida (2021) e Pradanov e Freitas (2013) a metodologia pode ser entendida como o caminho usado para chegar à certos resultados numa investigação. Num trabalho científico, metodologia implica escolher o tipo de pesquisa, os métodos e as técnicas de recolha e de análise de dados.

Esta pesquisa é social que é um tipo de pesquisa realizada com pessoas (Pereira et al., 2018) por meio de entrevistas e questionários. Ela é uma investigação de natureza qualitativa quando se busca entrevistar e utilizar questionários e, se busca entender os sentidos dos resultados porém, ela é quantitativa quando verificamos as quantidades em termos percentuais nos Gráficos deste artigo. De acordo com Gil (2008) e Gil (2017) na pesquisa qualitativa o investigador procura compreender um fenómeno pela sua descrição. Já Shitsuka et al. (2014) mostra como o uso de valores, números, porcentagens e, técnicas de amostragens de estatística descritiva são realizados em pesquisas quantitativas. Este artigo enquadra-se nesta tipologia, pois,

procura descrever os desafios de empreender na área de educação profissional em Moçambique no atual modelo baseado em competências.

Neste artigo usou-se duas técnicas de pesquisa, nomeadamente: pesquisa bibliográfica e pesquisa documental. Segundo Gil (2008), na pesquisa bibliográfica o pesquisador recorre aos livros, manuais ou artigos para busca de informação. Por sua vez, na pesquisa documental, o pesquisador extrai informação nos documentos, tais como jornais, leis, regulamentos, etc. A pesquisa bibliográfica realizada não foi sistemática e, sim do tipo pesquisa bibliográfica narrativa (Rother, 2007; Mattos, 2015; Cavalcante & Oliveira, 2020; Mendes, 2022; Casarin et al., 2020) que é um tipo mais simples e com menos requisitos. No âmbito da pesquisa bibliográfica foram consultados livros e artigos que versam sobre o tema em estudo. No que concerne à pesquisa documental, foi consultada a legislação de educação profissional em Moçambique, concretamente a Lei n.º 26/2022, de 29 de Dezembro. Para recolha de dados primários usou-se guião de entrevista aos empreendedores ou proprietários de instituições de educação profissional das Cidades de Maputo e Matola.

Com base nos dados relativos à rede de instituições de educação profissional existentes na base de dados da ANEP, existe cerca de 50 instituições de educação profissional acreditadas. Destas foi selecionada amostra de 11 instituições privadas de educação profissional da Cidade de Maputo e Matola representados pelos seus proprietários, os quais foram entrevistados com o objetivo de perceber os desafios para empreender na área de educação profissional. O critério de amostragem foi não probabilística por acessibilidade, ou seja, os 11 participantes da pesquisa foram os que estiveram disponíveis para responderem as entrevistas.

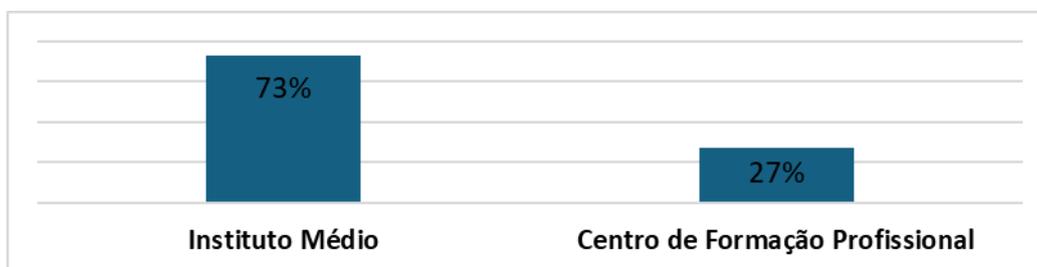
4. Apresentação dos Resultados e Discussão

Neste capítulo apresenta-se os resultados da pesquisa realizada sobre percepções sobre desafios de empreender na área de educação profissional no âmbito do atual modelo baseado em competências em Moçambique. Para tal, foi usada amostra de 11 empreendedores que atuam nesta área, isto é, proprietários de institutos de educação profissional privada existentes na Cidade de Maputo e da Matola e os dados são apresentados a seguir:

4.1 Caracterização da amostra

Para a caracterização da amostra (Shitsuka et al., 2014) foram consideradas duas variáveis: o tipo de instituição de educação profissional e o tempo em que os respectivos proprietários empreendem nesta área, conforme se segue:

Gráfico 1 – Tipo de instituição de educação profissional em que empreende.

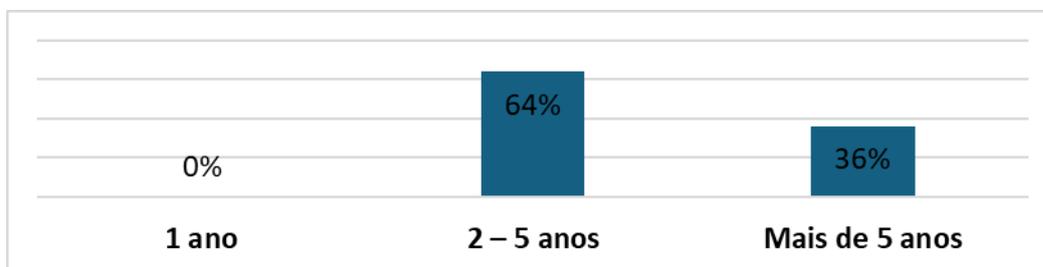


Fonte: Dados da pesquisa.

Este Gráfico 1, mostra que dos empreendedores que atuam na área de educação profissional inquiridos, a maioria são proprietários de institutos médios numa cifra de 73% e os restantes 27% são proprietários de centros de formação profissional.

Estes centros ministram cursos de curta duração. Já o Gráfico 2, apresenta o tempo no qual os proprietários atuam na educação profissional:

Gráfico 2 – Tempo em que empreende na área de educação profissional.



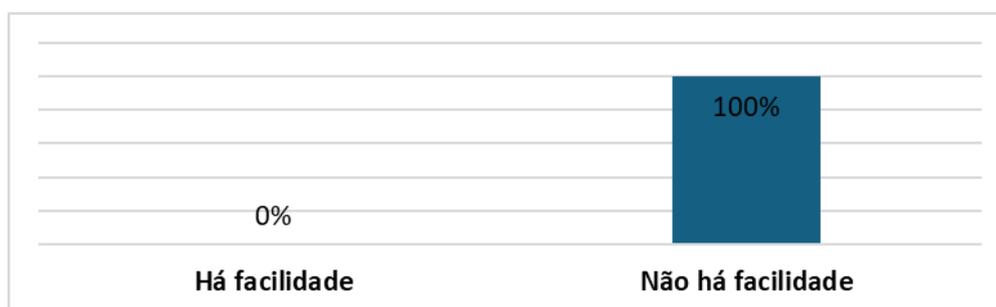
Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados no Gráfico 2, anterior, nos permitem verificar que dos 11 proprietários de instituições de educação profissional inquiridos, a maioria que corresponde 64% empreendem nesta área há cerca de 5 anos e 36% empreendem nesta área há mais de 5 anos. Com estes dados verifica-se que desta pesquisa participaram empreendedores já experientes nesta área, esperando-se com isso, que as suas percepções em torno dos desafios sobre empreender na área de educação profissional permitam compreender os reais obstáculos que estes enfrentaram ao longo de pelo menos 5 anos em que actuam nesta área.

4.2 Percepções dos proprietários das instituições de educação profissional sobre os desafios de empreender nesta área

Conforme referido nos pontos anteriores, foram incluídos nesta pesquisa 11 empreendedores da área de educação profissional, que são proprietários de institutos médios e de centros de formação profissional privados localizados nas Cidades de Maputo e Matola (Gráfico 3).

Gráfico 3 – Percepção dos empreendedores sobre facilidade de financiamento para empreender na educação profissional.

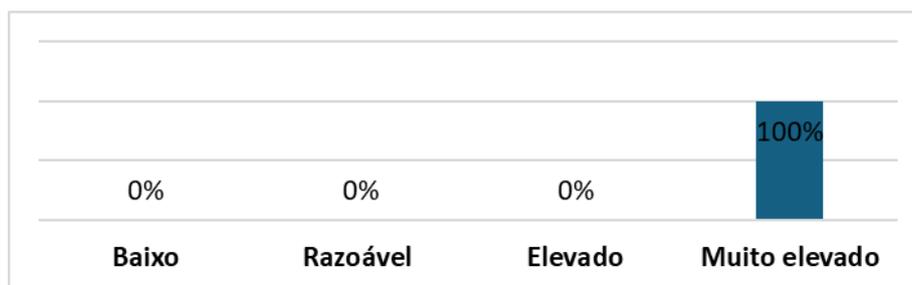


Fonte: Dados da pesquisa.

Em qualquer atividade ou negócio, o primeiro obstáculo que o empreendedor pode encontrar é o financiamento. Questionadas as 11 pessoas da amostra que empreende na área de educação profissional sobre o financiamento, foram unânimes em responderem que não há facilidade para obtenção de financiamento. Estas respostas fazem sentido, considerando que a nível da Lei de Educação Profissional não se prevê o financiamento desta área por parte do governo, ou seja, não existe uma linha de crédito público para pessoas que desejam empreender nesta área. Apesar de existir Fundo Nacional de Educação Profissional, nos termos do artigo 33 da Lei n.º 26/2022, de 29 de Dezembro, este só financia Instituições de Educação

Profissionais Públicas. Neste caso, o financiamento constitui um dos desafios considerando que não faz parte das atividades consideradas prioritárias para investimento privada por parte do governo (Gráfico 4).

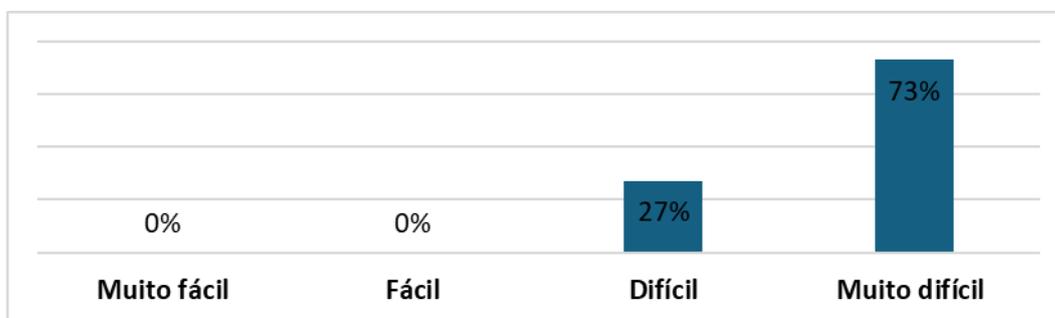
Gráfico 4 – Percepção dos empreendedores sobre o nível de investimento necessário para empreender na área de educação profissional



Fonte: Dados da pesquisa.

Os dados apresentados no gráfico mostram que na ótica dos empreendedores inquiridos, empreender na área da educação profissional requer maior investimento. Esta percepção foi compartilhada por todos 11 entrevistados, ou seja, 100%. Assim sendo, o nível de investimento necessário constitui outro desafio para aqueles que sonham em empreender nesta área. No Gráfico 5 se observa a percepção em relação ao processo de legalização do exercício da educação profissional:

Gráfico 5 – Percepção dos empreendedores sobre o processo de legalização do exercício da atividade de educação profissional.



Fonte: Dados da pesquisa.

O Gráfico 5 ilustra que na ótica dos empreendedores inquiridos, não há facilidade para legalização do exercício da atividade de educação profissional, tornando-se assim difícil empreender nesta área. Este facto deriva da complexidade do próprio processo legal, visto que, na atual lei da Educação Profissional, a legalização desta atividade ao requerente está condicionada a vários aspectos como a pré-avaliação das condições existentes em termos de instalações, quadro de pessoal, equipamentos e laboratórios, por exemplo, sem os quais não se concede licença para o exercício desta atividade. Assim, com os resultados apresentados no Gráfico 6, verifica-se que considerando as percepções dos empreendedores inquiridos, a legalização do exercício da atividade de educação profissional também constitui um grande desafio, dado aos custos para o preenchimento dos requisitos exigidos, já mencionados acima.

Gráfico 6 – Percepção dos empreendedores sobre a concorrência no exercício da atividade de educação profissional.



Fonte: Dados da pesquisa.

Um dos obstáculos que os empreendedores podem encontrar no mercado é a concorrência, caso não investam na inovação ou em produtos ou serviços novos. Questionados os 11 empreendedores que compuseram a amostra, todos afirmaram haver muita concorrência na área de educação profissional. Com estes resultados, constata-se a concorrência constitui um outro desafio para aqueles que pretendem empreender na área da educação profissional. Os dados disponíveis na base de dados da ANEP⁵, também suportam a percepção dos empreendedores entrevistados, que consideram haver muita concorrência nesta área, considerando que os mesmos mostram existência de muitas instituições de educação profissional que funcionam ao nível do país, vislumbrando assim maior concorrência entre os empreendedores que atuam nesta atividade.

4.3 Discussão dos Resultados

Com base nos dados obtidos, observa-se que todos os proprietários das instituições de educação profissional questionados revelaram que um dos desafios de empreender nesta área estão em parte relacionados com a dificuldade para obtenção do financiamento, ser uma área que requer um investimento elevado e complexidade do processo de licenciamento. Esta percepção encontra base também na literatura dos autores citados na revisão como é o caso de Bandeira & Silva (2023); Cunha; Silva e Yamaguchi (2011), e também o Sebrae (2007) e, refere que apesar da prática do empreendedorismo ter aumentado nos últimos anos, ainda existem dificuldades para alguns, devido a falta de capital inicial. Por outro lado, esta informação vem reforçar também a nossa opinião de que o novo modelo baseado em competências é dispendioso devido às exigências requeridas para a obtenção da licença. Por fim, outro desafio de empreender nesta área está relacionado com a concorrência devido à existência de muitas instituições de educação profissional, o que mostra a necessidade de os empreendedores desta área começarem a investir na inovação, introduzindo serviços ou cursos diferentes com vista a enfrentar a concorrência.

5. Conclusão

Com as mudanças que sofreu a educação profissional com a aprovação da Lei n.º 26/2022, de 29 de Dezembro passou a ser grande desafio empreender na área de educação profissional em Moçambique, visto que o licenciamento e o exercício desta atividade passaram também a ter muitas exigências.

Com base nas percepções de alguns empreendedores que atuam nesta área há mais de dois anos, os principais desafios para empreender na área de educação profissional em Moçambique estão relacionados com:

⁵ <http://www.anep.gov.mz/REDE/IETP>, consultado as 8 horas do dia 4 de Março de 2024.

- i. A falta de financiamento e alto investimento necessário para instalações, equipamentos, laboratórios ou oficinas que o novo figurino de educação profissional baseado em competências exige como uma das condições para a atribuição de licença para o exercício desta atividade;
- ii. Os custos elevados para a legalização do exercício da atividade de educação profissional, visto que este processo passa por uma pré-avaliação das condições existentes tais como formadores qualificados, qualidade das instalações e demais exigências referidas no ponto anterior; e
- iii. A maior concorrência, visto que atualmente existem muitas instituições de educação profissional acreditadas. A concorrência acaba assim sendo um outro desafio para empreender nesta área, principalmente nas zonas com maior concentração da rede de instituições de educação profissional, como as cidades.

Tendo em conta a conclusão acima, apresenta-se as seguintes sugestões para suprir as dificuldades que os empreendedores encontram na área de educação profissional:

- i. Sendo a educação profissional uma área importante para o desenvolvimento do país, deveria existir uma linha de crédito público para empreendedores nesta área; e
- ii. Os empreendedores desta área devem adotar estratégias inovadoras e de diferenciação, para minimizarem os efeitos da concorrência que se verifica.

Referências

- Almeida, I. D. (2021). *Metodologia do trabalho científico*. Recife: Ed. UFPE. ISBN 978-65-5962-058-6.
- Bandeira, P. & Silva, T. (2023). Motivações para o Empreendedorismo: Necessidade e Oportunidade. *Revista de Revisão*. 17(66), 190-208. DOI: <https://doi.org/10.14295/online.v17i66.3771>.
- Casarin, S. T., Porto, A. R., Gabatz, R. I. B., Bonow, C. A., Ribeiro, J. P., & Mota, M. S. (2020). Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health/Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. *Journal of Nursing and Health*,10(5). <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/enfermagem/article/view/19924>.
- Cavalcante, L. T. C. & Oliveira, A. A. S. (2020). Métodos de revisão bibliográfica nos estudos científicos. *Psicol. Rev.* 26(1). <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2020v26n1p82-100>.
- Cunha, C., Silva, M & Yamaguchi, N. (2011). *Empreendedorismo: Histórias que motivam, despertam e encantam*. São Paulo: Anuário da Produção Acadêmica Docente.
- Ferreti, C. J. (2010). *Educação profissional*. Belo Horizonte: UFMG.
- Gil, C. (2008). *Metodologia de Investigação Científica*. Editora Atlas.
- Gil, A. C. (2017). *Como elaborar projetos de pesquisa*. (6ed.). Editora Atlas.
- Mattos, P. C. (2015). *Tipos de revisão de literatura*. Unesp, 1-9. <https://www.fca.unesp.br/Home/Biblioteca/tipos-de-revisao-de-literatura.pdf>.
- Mendes, C. (2022). O que é uma revisão narrativa de literatura: exemplos e considerações da metodologia. <https://www.youtube.com/watch?v=YIBWSVsxvRM>.
- Oliveira, R. (1997). *Pesquisa Científica*. Lisboa: Porto.
- Pereira A. S. et al. (2018). *Metodologia da pesquisa científica*. [free e-book]. Editora UAB/NTE/UFMS.
- Prodanov, C. C. & Freitas, E. C. (2013). *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. (2ed). Editora Feevale.
- Rother, E. T. (2007). Revisão sistemática x revisão narrativa. *Acta paul. enferm.* 20(2). <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>.
- Santos, W. (2010). *Organização Curricular Baseada em Competência na Educação Médica*. Brasília: Escola Superior de Ciências da Saúde.
- Shitsuka, R. et al. (2014). *Matemática fundamental para tecnologia*. (2ed.). Editora Erica.
- Silva, O. (2010). *Metodologia Científica*. Editora Atlas.